

Aos Trabalhadores do Ministério do Ambiente e Da Energia



No passado dia 30 de Outubro, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, reuniu com o Adjunto da Sra Ministra do Ambiente e da Energia, tendo sido colocadas várias questões decorrentes do Decreto-Lei nº 43-B/2024, de 2 de Julho.

O DL 43-B/2024, visa a continuação da reforma da Administração Pública, para além de aprovar a orgânica da Secretaria-Geral do Governo, aprova igualmente o processo de fusão e reestruturação de vários organismos. Entre os quais se encontra a Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente que será objecto de fusão.

Perante a publicação deste Diploma e o impacto que o mesmo tem na vida profissional e familiar dos trabalhadores, as informações que têm sido veiculadas aos trabalhadores, são insuficientes e pouco esclarecedoras, pelo que confrontamos os representantes da Sra Ministra do Ambiente e da Energia sobre várias matérias, nomeadamente:

- **Colocação dos trabalhadores** - Os trabalhadores serão colocados nos novos organismos ou unidades de acordo com a actividade actualmente desenvolvida;
- **Trabalhadores em mobilidade e cedência de interesse público** – De acordo com os representantes da Sra. Ministra estas duas situações em princípio não irão sofrer alterações;
- **Trabalhadores em teletrabalho** – Esta situação cessa no momento da integração, o retorno ao teletrabalho irá depender da unidade onde o trabalhador for integrado, mas “consideram que é um processo que tenderá a normalizar e a manter-se (sic)”;
- **Horários de trabalho específicos** - Os mesmos deverão ser vistos de acordo com o organismo/ unidade para onde os trabalhadores transitarem.

O Adjunto da Sra Ministra do Ambiente e da Energia, referiu igualmente que não tem qualquer tipo de informação sobre a “mudança” do IGAMAOT, e que o Ministério só irá para o Campus XXI no final de 2025. No decurso da reunião fomos igualmente informados que será criado um instituto público “Agência para o Clima”, que terá como atribuição a gestão dos fundos Europeus.

A Federação irá continuar a acompanhar este processo de forma a salvaguardar os direitos dos trabalhadores.

Mantém-te informado junto do teu Sindicato!

